



# Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 168ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1976 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Escorsin e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Gabriel Manoel (41), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, David Federmann, Egon Pudell, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares e Rosário Pitelli (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 118/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 246/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Reserva, objetivando reparos em diversos prédios escolares naquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 169ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, David Federmann, Egon Pudell, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo e Rosário Pitelli (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º Secretário — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### MENSAGEM:

— Sob o número 107/76, do Exmo. Sr. Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica da Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1977.-1979. — C.C.J.,.. — À Comissão de Orçamento.

### OFÍCIO:

— Sob o número 282/76, oriundo da Prefeitura Municipal de Umuarama, neste Estado, no qual submete a esta Casa, a junta documentação que instruiu o Projeto de Representação sobre a criação dos Distritos Administrativos de Vila Alta e Roberto Silveira, unanimemente aprovado pela Câmara de Vereadores daquela localidade. —Ao conhecimento da Casa.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de louvor ao Sr. ANTÔNIO DIONÍSIO BOSQUIROLI, agricultor no município de Cascavel, por ter o mesmo alcançado, com a última safra, um dos maiores índices de produtividade do mundo, colhendo em 9,53 alqueires de terras, 3.116 sacas de 60 kg. de milho.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

### JUSTIFICATIVA:

ANTÔNIO DIONÍSIO BOSQUIROLI já foi madeireiro na região e atualmente labuta na agricultura, sendo um dos grandes

produtores.

Na última safra de milho, colheu 3.116 sacas de 60 quilos cada uma, atingindo um índice da produtividade que se situa entre os mais elevados do mundo, o que bem atesta a fertilidade do solo cascavelense e a capacidade agrônômica da região, pois essa colheita foi resultado do plantio efetuado em apenas 9,53 alqueires.

Aliás, a agricultura do oeste paranaense deve ser diversificada, inclusive com o total apoio do Governo, o que trará certamente resultados altamente compensadores, conforme ficou demonstrado pelo esforço pessoal do Sr. Antônio Dionísio Bosquirolli.

Contando com agricultores da estirpe do Sr. Bosquirolli, e com maior apoio por parte dos órgãos competentes da administração pública, a região oeste do Paraná, poderá contribuir muito mais na arrecadação de divisas para a economia brasileira.

O plantio da soja na região Oeste e também em todo o Paraná, tem levado os entendidos a voltar os esforços, de forma concentrada, na cultura da referida leguminosa, propiciando assim, eventualidades que possam criar um verdadeiro caos econômico derivado da monocultura, cujos efeitos atingem direta e indiretamente o Estado, na sua economia e também nas suas finalidades.

Resultados obtidos por alguns particulares e aficcionados da diversificação de produção agrícola, levam a crer que outros produtos geram riquezas e divisas de modo mais positivo e com menor risco do que a soja, como ocorreu com o esforço isolado do Sr. Bosquirolli, que dá um testemunho da viabilidade econômica e agrícola no plantio racional do milho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, oficie-se ao Secretário dos Transportes, solicitando urgentes providências no sentido de serem melhoradas as condições de trânsito de veículos na Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, BR-86, trecho compreendido entre as cidades de Umuarama, e Iporã que, conforme fotocópia de expediente anexo, encaminhado pelo Vereador Lauro Valvassori e verificação pessoal do subscritor se encontra com a pavimentação prejudicada, oferecendo perigo à integridade física e patrimonial dos usuários.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Tribunal Regional, solicitando providências por parte daquele órgão, para punição de candidato a cargo eletivo, pela prática de Crime contra a Legislação eleitoral em vigor.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

Aviltante fato sucede no município de Barbosa Ferraz, onde candidato a Prefeito pela ARENA, vale-se de ilegal, hediondo, vil e vergonhoso artifício com o fito de promover-se eleitoralmente.

Referimo-nos ao Sr. ODILIO BALBINOTTI, proprietário da Cerealista Barbosense, que vem "patrocinando os atestados de vacinação contra tuberculose", expedidos pelo DNT - SESB, Divisão de Profilaxia da Tuberculose.

Temos convicção de que a passividade de nosso egrégio Tribunal Regional Eleitoral, deve-se à ignorância do fato, pois cremos em sua retidão.

E eis que o Diretório do Movimento Democrático Brasileiro, do Município de Barbosa Ferraz, revoltado ante iniciativa de cunho altamente inqualificável, nos outorgou a missão de denunciar o fato nesta Assembléia para que a mesma dê conhecimento ao douto Tribunal Eleitoral, solicitando providências para punição do infrator e coibição desta propaganda atentatória à dignidade humana e mesmo à Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social que certamente possui recursos próprios para confecção dos atestados de vacinação.

Comprovamos a infração, anexando cópias-xerox de atestado expedido em cujo verso estampa-se a manfada "promoção".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Relator do Projeto de Lei número 61/76, de autoria do nobre Deputado David Federmann, e tendo em vista informação da Seção de Serviços Gerais da Divisão das Comissões do Departamento Legislativo - (fls. 4 - verso do processo) - da existência, em tramitação nesta Casa, de projeto de lei sobre idêntica matéria, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, solicito, nos termos do Art. 126, do Regimento Interno, seja encaminhado requerimento ao Plenário, a fim de que seja autorizado sua anexação ao Projeto de Lei número 02/76.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

O SR. PRESIDENTE - (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Notícias dão conta de que é pretensão do Governo enviar ao Congresso Nacional mensagem para reforma do Poder Judiciário. A propósito, desejo que seja transcrito nos Anais da Casa o seguinte comentário: (Lendo):

"Reforma Inoportuna.

Pela demora excessiva e desacompanhada de debates reais, a proposta para a Reforma do Judiciário acabou perdendo sua oportunidade. As duas Casas nacionais de representação política às vésperas de eleição, estão sem conteúdo, seja pelo número reduzido de presenças ou mesmo pelo nível de interesse, para a discussão do que pode ser considerado o ponto mais importante para a relegada cidadania brasileira. A má reforma ou a reformulação inadequada de princípios constitucionais inerentes ao Poder Judiciário, pode levar à virtual eliminação da expectativa de vida sob um Estado realmente democrático.

Dos 43 volumes do diagnóstico da Justiça Brasileira, encaminhados por ela mesma à Presidência da República, resultou - graças à imaginação criadora do Ministério da Justiça - um anteprojeto no mínimo ambíguo quanto aos seus objetivos e, sob o ponto de vista da Federação, consagrador do centralismo e eliminador de qualquer possibilidade de existência de Estados autônomos dentro de uma convivência harmônica.

Quando o anteprojeto retira a competência do Judiciário nas ações entre a União, Estados, Municípios, empresas públicas, autarquias, está ao mesmo tempo - o que pode ter sido a manifestação de vontade dos redatores - consagrando o princípio nebuloso de "autoridade competente", competência, aliás, esboçada no próprio documento com a ampliação do papel de interveniência da Procuradoria Geral da República, subordinada, em linha direta, ao Chefe do Executivo Nacional.

Para a cidadania, que reclama justiça eficiente, nada - a não ser o sepultamento, com eufemismo, do Tribunal do Juri - uma confissão indireta de incompetência para o chamamento da comunidade à participação na garantia da Justiça, e para a existência da cidadania respeitada.

Atento foi o Ministério da Justiça, por motivos diversos, na ressalva dos direitos adquiridos em matéria de Cartórios e Serventias, a serem totalmente oficializados. Os Tribunais de Alçada, considerados ineficientes, serão fulminados e seus Juízes colocados em disponibilidade. Os Cartórios, com mais grave anacronismo, foram preservados, certamente para evitar solução de continuidade. Aos proprietários de Cartórios, ficam garantidas as prerrogativas e os ganhos, com base na fantasia de regimento de custa, graças ao "estado cartorário" — originário nas instituições feudais, superiores em importância ao Estado moderno — que ditou a necessidade de reforma da Justiça.

Embora os pormenores sugiram dúvidas sérias quanto ao futuro da Justiça, não comportam exame diante de uma constatação superior: atravessamos um período pouco propício à discussão legislativa de matéria relevante.

O Presidente da República, que por preocupação de início de Governo quis ver a Justiça reformada, recebe ao final de muito segredo, um arremedo de anteprojeto, fruto de muitos interesses e de pouca ou nenhuma fidelidade ao princípio de perpetuidade da lei — aquele que mereceu, há uma semana, uma séria e incontestável advertência do Ministro João Leitão de Abreu, do Supremo Tribunal Federal.

Mais uma vez frustram-se expectativas legítimas pela ótica estreita do Ministério da Justiça, ao legislar para atender a circunstâncias governamentais, e não para ampliar a capacidade de existência democrática do cidadão dentro do Estado".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Esta Presidência tem o prazer de anunciar a presença neste Plenário do empresário de Maringá, Sr. José Meireles Filho.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, segundo orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Queremos registrar hoje desta tribuna a importante decisão tomada pelo Dr. Noel Lobo Guimarães — Secretário de Administração da Administração dos Recursos Hídricos, autorizou a perfuração de um poço tubular profundo na cidade de Londrina, visando com essa medida promover o reforço do abastecimento daquele município.

Referida perfuração, segundo informações que obtivemos, deverá atingir o aquífero Botucatu, a cerca de 1.200 metros de profundidade e, levando em consideração a vazão prevista sobre a capacidade de fornecimento atual da cidade.

A notícia é realmente auspiciosa, especialmente se levarmos em consideração as dificuldades por que passava a cidade de Londrina, antes que a SANEPAR assumisse a operação do sistema, época em que a população londrinense muito sofreu com a deficiência de abastecimento.

As providências agora tomadas vão permitir que se assegure um volume adicional que, sem dúvida alguma, virá tranquilizar a população de Londrina, cidade que — como todos sabemos — apresenta indícios de desenvolvimento surpreendentes e uma notável expansão de seu quadro urbano.

Cumpramos ressaltar ainda, que a reserva a ser explorada situa-se na zona geológica de chamado aquífero Botucatu, formação geológica de tempos remotos e que apresenta a característica de ser constituída por sedimentos arenosos de grande espessura, entre 300 e 400 metros, e de enorme extensão.

Tal fato garante a existência de um reservatório subterrâneo que é alimentado continuamente pelas chuvas e cujo potencial é calculado em centenas de milhões de metros cúbicos, suficientes para abastecer uma população de 70 milhões de habitantes.

Pelos dados que obtivemos junto à Administração de Recursos Hídricos, assegura-se que Londrina terá, para o futuro, o suprimento de água potável indispensável para o seu abastecimento.

A notícia é realmente significativa para Londrina, daí a razão de nossa presença nesta Tribuna, para aqui deixar este registro e a nossa palavra de confiança e de agradecimento ao Senhor Secretário de Estado do Interior".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Em sessões da semana passada, dois ilustres parlamentares debateram desta tribuna assunto do mais alto interesse para vasta região de nosso Estado.

Trata-se da polêmica questão que envolve a nomeação de Prefeitos para os Municípios considerados "Áreas de Segurança Nacional", e que no Paraná atinge os situados na divisa com a ARGENTINA e o PARAGUAI, em número de onze.

Na verdade o problema, no que diz respeito aos Municípios da Faixa de Fronteira, sempre preocupou o legislador, que através uma ampla legislação procurou criar as condições de desenvolvimento, com a necessária segurança.

Assim é que, na área de assistência econômica, prevê a lei certas vantagens para tais Municípios, como o auxílio, através da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional de até 50 por cento de custo de obras consideradas prioritárias a obrigatoriedade da aplicação de percentual da arrecadação federal na própria comunidade arrecadadora e outras.

Por outro lado, no que diz respeito à segurança, temos na legislação diversos artigos que permitem um mais amplo controle e que vai desde o uso da terra até a instalação de indústrias, como também o uso da terra por estrangeiros.

Portanto, Srs. Deputados, o legislador já procurou, para aqueles Municípios, desde longa data, meios para atender não só o seu desenvolvimento econômico, mas também no que diz respeito à Segurança Nacional.

Mais recentemente, considerando o interesse ainda da Segurança Nacional, passou a nossa Constituição a atribuir aos cargos de Prefeito, o caráter de intervenção por nomeação do Sr. Governador, após ouvidos os órgãos de segurança.

Sobre a nomeação de Prefeitos, temos opinião formada.

Somos radicalmente contrários à nomeação de Prefeitos.

Não vemos como a não eleição direta possa influir na necessária segurança.

De outra parte, aqui mesmo na nossa fronteira, tivemos exemplos de que a escolha de dirigentes pelo voto direto, ainda é o melhor caminho.

O próprio Governador, quando se implantou esta lei, se limitou em alguns Municípios, a manter antigos Prefeitos, eleitos diretamente.

Reconhecer, em nome da segurança, a necessidade de nomeação de Prefeitos-Interventores é, data vênica, reconhecer igualmente a desconfiança quanto ao patriotismo daqueles que são eleitos pelo voto universal e direto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo que concordássemos com tal necessidade, não poderíamos concordar com a maneira pela qual tais escolhas têm sido feitas.

Inicialmente, além da simples e pura manutenção daqueles que ocupavam as Prefeituras, tentou-se a solução de escolha de líderes locais, muitos dos quais, inclusive, derrotados anteriormente nas urnas.

Sem o respaldo popular, não demorou muito, passam a procurar os políticos mais influentes e mais ligados ao Governo.

Tal aproximação logo despertou ciúmes aos homens ligados a outras facções situacionistas.

Ineficaz para resolver a luta interna, apelou o Governo em alguns Municípios numa solução "a Pilatos", lavou as mãos

e passou a importar Prefeitos-Interventores, passando assim um atestado de sua própria incapacidade de resolver o problema, além, de desmerecer seus líderes locais, e além destes, e o que é mais importante, todo o trabalho de um povo que construiu a riqueza daquela região.

Obviamente tal solução só poderia trazer em seu bojo, ao contrário do que se despejava, mais dissensões.

Ultimamente apelou-se para o que se convencionou chamar "lista tríplice", composta de lideranças representativas dos Diretórios Municipais de partidos situacionistas.

Novamente as disputas se acirraram e novamente o povo se viu frustrado por não ter sido consultado.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todas as nomeações só poderão ser feitas após ouvidos os órgãos de segurança e estes têm vetado inúmeros nomes, por razões que não vêm ao caso examinar.

Cria-se então o impasse.

O cidadão vem a Curitiba, confabular com seus representantes, vai ao Sr. Governador, recebe a sua aprovação, anuncia a sua próxima posse, solta foguetes e depois não é nomeado por não receber o "aprovo" dos órgãos de segurança.

Fica-se na dúvida sobre a honorabilidade, sobre o patriotismo destes cidadãos que, sem razão aparente, depois de soltarem os foguetes, de rirem do antecessor, se vêem tolhidos naquilo que julgavam já certo, que era a posse como Prefeitos.

Neste muda não muda que se pretendia atingir, que era a segurança, passou a ser a insegurança do administrador, que, não tendo mandato com prazo certo, não sabemos até quando governará.

As obras paralisam, os planos ficam na gaveta e a região não desenvolve.

Talvez seja esta a razão que em alguns municípios o Governo, em nova atitude de Pilatos, não tenha, até hoje, trocado antigos Prefeitos, alguns dos quais já permanecem no cargo por mais de onze anos, contrariando assim as mais elementares regras de administração.

Passam a caracterizar o que de mais marcante temos no regime ditatorial, que é vitalidade de alguns cargos e postos do poder, de natureza, essencialmente, transitória.

Neste emaranhado de formas, acabamos descobrindo que o objetivo que seria a segurança, deixou de existir para dar lugar à luta pelo mando político do Município, sempre com o povo, este, sim, fator de segurança colocado à margem.

Abstemo-nos, Sr. Presidente, de comentar as administrações dos Prefeitos Interventores, boas ou más.

Para nós, por não possuírem o aval popular, não serem submetidos nem à eleição direta e nem indireta e, nem eleições, passam a ser meros gerentes e as críticas e elogios devem ser endereçados àqueles que os nomearam, reais responsáveis.

Consideramos ser fator de segurança, Sr. Presidente, a implantação de uma infra-estrutura que, infelizmente, não existe.

Enquanto a vizinha ARGENTINA chega até nossas divisas e, no dizer dos moradores da cidade fronteiriça de Barracão, até invadindo um metro de nosso território com uma estrada asfaltada, nós ouvimos, desde 1962, a propalada construção da estrada Marmeleiro — Barracão, totalmente, paralisada há mais de oito anos.

Há pouco tempo, o Sr. Líder do Governo vinha a esta tribuna para dizer que os trabalhos seriam reiniciados; não o foram.

A estrada Barracão — Capanema, de longa luta dos moradores de toda a faixa de fronteira deste País, nesse trecho, está apenas no desejo dos homens que construíram a grandeza daquela região e de seus representantes que, tantas e tantas vezes, independente de facção partidária, têm vindo apelar para que se construa essa estrada.

A alfândega de Dionísio Serqueira que servirá, imensa-

mente, ao Paraná também, foi anunciada com foguetes, muita festa, mas, nada feito.

Que desenvolvimento é esse, Sr. Presidente, que exige das comunidades como Barracão e Santo Antônio, no caso do primeiro município, até contribuições de populares para poder implantar a justiça naquele Município?

Que desenvolvimento é esse da nossa fronteira, Sr. Presidente, onde ainda se permite a saída de brasileiros para outros países em busca de melhor sorte e, no quisto racial que hoje se implanta no PARAGUAI trará consequências graves, a curto prazo, para nosso País?

Que desenvolvimento é esse, Sr. Presidente, onde a metade de uma cidade, a cidade de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE não pertence a seus legítimos proprietários, porque a ineficiência dos órgãos públicos não achou solução para regularizar suas terras?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, consideramos ser fator de segurança, principalmente, o reconhecimento da construção e inteligência de um povo que já demonstrou, através da construção de uma região, praticamente, só e, que ao longo de tantos anos tem demonstrado seu patriotismo, enfrentando tudo e todos".

O nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, adiantou concordando com o nobre Deputado Nilso Sguarezi sobre a inconveniência de mandatos ilimitados, adiantou, a semana passada, que iria apresentar emenda à Constituição de nosso Estado, no sentido de limitar tais períodos administrativos.

Queremos nos posicionar, pretendemos olhar com todo o carinho a emenda que o nobre Deputado irá apresentar, mas queremos deixar clara a nossa posição, que consideramos, a experiência dos Prefeitos Interventores, uma fracassada experiência e por isso mesmo colocamo-nos contrários à continuidade das nomeações destes Prefeitos Interventores.

E, nesta oportunidade, queremos conclamar os Srs. Deputados para que cerremos fileiras quando muito se fala em alteração da nossa Constituição, para que, através de emenda ou de uma nova Constituição que surja, que os constituintes respeitem a população da fronteira como devem respeitar também a população das Capitais e a população das cidades chamadas de interesse da segurança, porque a segurança se faz com trabalho e trabalho estão impedidos muitos Prefeitos destas cidades porque não sabem até quando serão Prefeitos.

Conto com o apoio dos Srs. Deputados para que devolvam às populações que tiveram o seu direito de voto cortado pela Constituição já que o momento nos parece bastante oportuno, uma vez que se fala em emenda ou uma nova Constituição.

**O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte?**  
(Assentimento).

Quero consagrar mais uma vez a felicidade que aquele povo laborioso da nossa região Oeste, Sudoeste e de modo especial do Sudoeste, teve o cuidado de mandar para esta Assembléia um homem de espírito público como V. Exa., preocupado com os problemas não só regionais mas sobretudo os problemas econômicos, sociais e institucionais.

O caso daquela região atesta bem o discricionarismo com que trata o Governo Federal a população que mora nessa considerável zona de segurança, mais ou menos limítrofes da faixa de fronteira.

Eu não sei se é privilégio ou se o Governo faz uma discriminação entre aqueles que estão distanciados tanto da área de vizinhança de outros países, como aqueles que residem nas Capitais ou então nas estâncias hidro-minerais, ou ainda aquelas consideradas de base aérea ou coisa parecida, como é o caso de São José do Rio Preto, se não me engano.

Eu não vejo porque este divisionismo no Brasil, eu não entendo se há uma possibilidade de se falar ou de se aventar

essa tese tão suspeita e tão criticada, de não se poder eleger Prefeitos, de não se poder escolher livremente pelo voto secreto e universal, os homens que devem comandar os destinos das municipalidades.

Não entendo segurança nacional como segurança eleitoral.

É uma coisa completamente diferente.

O que se pode vislumbrar disso não é segurança nacional, datíssima vênua, eu, no meu fraco entender vejo e percebo que o que existe é uma segurança eleitoral.

Tomei conhecimento da emenda do eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, que estaria por apresentar à Constituição do Estado, essa Constituição retalhada e forjada para caracterizar uma espécie nova de Regime Democrático.

E não fora isso, nesta Constituição há poucos dias ainda o próprio Governo Federal se apressava em fazer pelo Ministro da Justiça uma representação contra o artigo 70, inciso terceiro, da nossa Carta Estadual, no que tange à gratificação dos funcionários públicos.

Nesta tarde, que toca o interesse direto e restrito do servidor do Estado, não houve um cuidado maior por parte do Governo, que jurou aqui nesta Assembléia defendê-la e que até agora não houve defesa, pelo menos desse Instituto ou desse preceito constitucional.

Então, Deputado Deni, eu fico a imaginar a dificuldade com que vive a nossa época, o discricionarismo de tratamento que vive a nossa época.

No plano econômico, eu aproveito e até não gostaria de me alongar muito, mas é preciso que se faça um remanejamento desses acontecimentos, desses fatos, que aviltam o Regime Democrático.

V. Exa. observe, por exemplo, o modelo econômico; observe o modelo jurídico-político que está aí, observe as aberrações jurídicas que campeiam todo o arcabouço jurídico deste País, as Leis de exceção que estão aí marginalizando as vocações de liderança que têm para a vida pública.

É válido, oportuno e necessário que se faça sempre o protesto da forma equilibrada como V. Exa. tem feito aqui, neste Parlamento.

Incorporo-me a ele, para deixar, mais uma vez, o testemunho da nossa inconformação, daquela região fronteiriça não ter condições, não ter direito de escolher o seu representante.

Fala-se aqui, agora, postula-se aqui a eventualidade modificativa do prazo que não existe para os Prefeitos daquela região ou das regiões em que os Prefeitos são nomeados, são apadriñados.

Então, é lamentável, Deputado Deni Schwartz.

O que o M.D.B., acredito eu, não falo com autorização da liderança e nem teria pretensão para isso, mas eu acho que a posição da oposição, consciente, responsável e pautando para a regularização desse propalado Regime Democrático que não há ainda.....

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo)** — A Mesa comunica ao nobre orador que falta um minuto e a Mesa lhe concede dois, para concluir.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Concluirei já.

Só queria deixar esta contribuição e esta solidariedade à preocupação de V. Exa. e dizer, que jamais vou me conformar com o estado de coisas que campeia a vida política, a vida econômica e a vida social brasileira.

Muito obrigado.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ouví com muita atenção o pronunciamento de V. Exa., e fiz questão de não apartear-lo para não impedir o brilho da sua exposição.

Gostaria entretanto, nobre Deputado Deni, de esclarecer a V. Exa., de que o assunto "nomeação do Prefeito" em zona de segurança nacional, foge do nosso controle, é dispositivo da Emenda Constitucional número 1, aprovada pelo Congresso Nacional, em 1.967.

Portanto, não cabe a nós, legisladores estaduais, interferir no processo.

Respeito a posição doutrinária do MDB com relação às eleições diretas.

De resto, afirmo a V. Exa. e ao Paraná, de que sempre fui favorável ao processo de eleições diretas, seja para os municípios de zona de segurança nacional, para as capitais, como para Governador de Estado.

E a vida pública, e a vida corrente política está aqui solidária, sempre se fez através do processo democrático, com a procura do voto direto.

Ocorre, entretanto, eminente Deputado Deni Schwartz, que no Paraná, se afigura uma situação ímpar, com relação aos Prefeitos de zonas de Segurança Nacional.

Há alguns Prefeitos que permanecem no cargo, numa espécie de vitaliciedade.....

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo)** — A Mesa sente interromper o aparte concedido pelo Deputado Deni Schwartz, mas estão esgotados os 15 minutos reservados à liderança do MDB.

Consulto ao Deputado Trajano Bastos, o Vice-Líder, se concede ao Deputado Deni Schwartz, mais alguns minutos.

**O SR. TRAJANO BASTOS** — A Vice-Liderança concede mais cinco minutos, para posteriormente ceder a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo)** — Pode continuar com o aparte, o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Obrigado.

Concluindo, Sr. Presidente e nobre Deputado Deni Schwartz, tendo em vista a situação de fato que existe nos municípios de zona de Segurança Nacional no Estado do Paraná, estou propondo à Mesa, só não o fiz até o presente momento, porque me falta colher assinaturas de 1/3 dos Srs. Deputados, Emenda à Constituição, estabelecendo que o mandato dos Prefeitos nomeados após a aprovação dos Órgãos de Segurança Nacional e do Presidente da República, não deva exceder ao mandato de Governador.

Com esta emenda, o que pretendo, é impedir que os Prefeitos permaneçam no cargo além do mandato do Governador.

Tendo conversado sobre isso, tive a oportunidade inclusive, dentro do seu discurso, de lhe pedir o seu apoio a esta emenda que julgo ser toda moralizadora que julgo ser toda conveniente, para que nos municípios de Segurança Nacional, haja temporariedade no exercício do mandato dos Prefeitos.

E não a vitaliciedade tão condenável hoje nobre Deputado, como era condenável, o continuismo administrativo do Estado Novo.

Peço, portanto, a V. Exa. e à ilustre bancada do MDB, que analisem com seriedade, esta emenda, porque acredito que todos os Deputados dos dois partidos estão interessados não somente nas críticas, mas também nas soluções.

E pretendo ver, nessa emenda, uma solução para os problemas que, de fato, existem, nos municípios da zona de Segurança Nacional.

Era este o aparte que gostaria de oferecer ao pronunciamento de V. Exa., lembrando a V. Exa. que, se preciso fôr, em outra oportunidade, faremos a defesa dessa tese, na tribuna.

E também faremos a defesa perante a Comissão de Constituição e Justiça que julgamos ser o local adequado para discussão dessas teses jurídicas.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo)** — A Mesa comunica que

V. Exa. tem apenas um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento).

Nobre Deputado gostaria de dizer que a responsabilidade dessas nomeações é da ARENA.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira e devo dizer que o nosso objetivo, ao tratarmos desse assunto, não era a substituição dos atuais homens por outros; o nosso objetivo é tão somente alertar as autoridades responsáveis, para uma experiência e; acredito, os homens da ARENA que são os que mais perto são os responsáveis por essas nomeações, os próprios órgãos de Segurança Nacional, já chegaram à conclusão de que essa foi uma experiência negativa.

Fala-se muito, hoje, em alteração da Constituição, através de uma Nova Constituinte.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado, sou contra a mudança ou melhor, contra a alteração dessa Constituição através do Congresso Nacional que não tem poderes para tanto.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concorde com V. Exa.

Mas, para terminar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que assim como estamos colhendo, hoje, onde o Brasil é um deserto de lideranças, em função do Estado Novo implantado neste País até 1945, e aí o deserto de lideranças, nós também, talvez tenhamos, nessas cidades, falta de lideranças.

Essa a razão de nosso combate.

Muito bem disse V. Exa. ao lembrar o Estado Novo levou o País a fatos semelhantes a esse, e muito mais grave, porque em termos de Brasil.

Nossa preocupação é que não se repita isso em termos de municípios da chamada Área de Segurança Nacional.

Era só. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Lendo): Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 39, parágrafo primeiro, afirma que o controle externo da Assembléia Legislativa, na sua função fiscalizadora, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Preocupa-se a Constituição Paranaense em fixar o prazo máximo de 60 dias, para o TC, proferir parecer nos processos a que seja impelido a fiscalizar.

Tal prazo, que entende-se seja o maior, é destinado às contas do Governador do Estado, exatamente por serem as mais complexas e exigirem maior cuidado na sua apreciação.

Tem-se assim, que em nenhum outro processo, terá maior prazo o TC, para proferir parecer e conseqüentemente emitir julgamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A moralidade da coisa pública é, foi e sempre será, uma constante preocupação dos povos cultos e desenvolvidos.

Ninguém, e especialmente os governantes, não devem temer a fiscalização, ou como afirmou, em 22 de junho de 1975, ao dar parecer na prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, exercício de 1974, o Conselheiro Raul Viana, que assim sentenciou:

“A HONESTIDADE NÃO TEME A FISCALIZAÇÃO”

Emerge do fundo da história, perde-se na poeira do tempo, a resistência à fiscalização. Não foi sem esforço,

às vezes sangrando, a macular com seus registros a longa caminhada das crônicas políticas, que veio se instalando a presença do órgão fiscalizador. É da essência dos governos prepotentes, ou das autoridades desonestas, o medo e o temor, ao exame e controle da maneira como manuseiam os dinheiros públicos. Distanciam-se, cada vez mais, os governos ferreteados pela corrupção, da presença, incômoda e inoportuna, da inspeção verrumadora e honesta. Há quem já tenha dito que o peculato ainda é o melhor negócio. Essa, por certo, a grande razão porque os TCs., tantos anos já passados, encontram a cada passo, barreiras e embargos à sua ação livre e desimpedida. Contudo é a mesma história que está a mostrar que os períodos áureos dos órgãos fiscalizadores coincidiram, sempre, com governos virtuosos e probos”.

“Nosso Tribunal de Contas, e sua história demonstra isso, tem pautado pela conduta dentro da moralidade necessária.

Restrições não podemos apontar. Contudo, Sr. Presidente, preocupa-me um fato: desde setembro de 1975, quando o Conselheiro João Feder, em magistral Parecer ao processo protocolado sob o número 8760/75 — TC, em que é interessada a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, sobre assunto que trata de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE PROBEN — e aquela Secretaria, desde então, Sr. Presidente, ou seja, há praticamente um ano, que o parecer foi apresentado à Corte de Contas deste Estado, e até o momento ainda não chegou a esta Casa.

Bem sei que a tramitação tem o seu itinerário de ordem processual a ser cumprido, mas ao longo decurso de tempo, ensinanos a externar esta preocupação, e, se a faço é porque preocupa-me não que se deixe de fiscalizar o Governo do Paraná e os dinheiros públicos deste Estado, mas quem exercerá a fiscalização sobre os próprios fiscais.

Note-se que CONSTITUCIONALMENTE, teremos apenas TRINTA DIAS para a apreciação dos contratos que não recebem aprovação do TC., artigo 40, parágrafos oitavo e nono, donde deduzir-se que também ao nosso TC, se deve exigir o cumprimento dos prazos.

As atas daquele Tribunal, publicadas pelo Diário Oficial, dão notícias de pedidos de vista e outros expedientes que estão protelando uma decisão final, reclamada não só por nós, mas pela opinião pública não apenas do Paraná, mas do Brasil inteiro, de vez que tal assunto já tomou as páginas de jornais e revistas, e até em caráter polêmico entre a Revista Veja e o titular da Secretaria de Planejamento deste Estado.

Pelo parecer do eminente Conselheiro João Feder, aquele contrato foi julgado ilegal e opinado que remetido à Assembléia Legislativa, aqui tivesse seu julgamento político.

Ora, a retenção por longo espaço de tempo, mais de ano, quer nos parecer que coloca o nosso Tribunal de Contas, numa situação delicada, eis que quando um contrato vultoso de Cr\$ 1.450.910,00, pode ser inquinado de ilegal e como consequência os responsáveis ressarciram o Estado, a decisão prolonga-se indefinidamente e fazendo com que interpretações até maldosas possam ser assacadas contra a honorabilidade dos homens que compõem aquela Corte de Justiça.

Sem entrar no mérito do contrato e de seu julgamento sob júdice daquele órgão se encontra, mas para avaliar as consequências do mesmo, acredito e espero, que a decisão não se faça tardar a fim de que tenhamos aqui no Paraná, preservado o intangível direito de fiscalização dos governos e dos bens públicos.

Quero e desejo, Sr. Presidente, ser bem explícito nos motivos que me levaram a vir à tribuna:

1.º) — A opinião pública deve estar informada que este Poder ainda não recebeu aquele contrato para ser apreciado;



2.º — Que ao recebê-lo o apreciará com isenção de ânimos e com o compromisso solene de não trair os interesses públicos e nem deixar levar por injunções e despropósitos;

3.º — Que tão logo, V. Exa., receba aquele processado, seja o Plenário da Casa informado, a fim de que o prazo constitucional dos apenas 30 dias, não se escoem, como em casos anteriores já aqui ocorridos, alertando aos funcionários deste Poder, que diligenciem na urgência da tramitação daquela matéria, a fim de que o Plenário, com tempo suficiente, possa posicionar-se conscientemente.

Finalmente, Srs. Deputados, se hoje o próprio Governo do Estado de ressen-te dos catastróficos efeitos da Lei 6636 de 20 de novembro de 1974, que estabeleceu a nova estrutura administrativa neste Estado, não é possível esperar-se mais para o julgamento daquele contrato, porque então estaremos incorrendo no mais absurdo dos descaminhos, ou seja, fazer justiça tardia e tornar ineficaz o trabalho e o zelo daqueles que se preocupam e até se expõem para exercer fiscalização nos nossos dias.

Aí está a discussão sobre a tão propalada reforma do Poder Judiciário, todavia é de perguntar-se quais as condições que terá agora pleno recesso branco, o Congresso Nacional, para apreciar tão importante matéria.

Que não se faça o jogo de interesses inconfessáveis, ao remeter-se matéria complexa e polêmica para este Poder, quando a maioria de seus membros, forçosamente, aqui não poderão estar, ou seja nos trinta dias que antecedem o próximo pleito, e para que isto não aconteça, quero deixar registrado nos Anais desta Casa, com a antecedência necessária, o alerta e também o apelo para que tudo se processe em consonância da Lei e também da moral”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, o tempo destinado à Assembléia será usado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradecendo a gentileza da Liderança do Governo nesta Casa, eminente Deputado Ivo Thomazoni, gostaria de esclarecer aos eminentes Deputados das duas bancadas e ler, inclusive, a justificativa do projeto de emenda constitucional que apresentarei nos próximos dias.

(Lendo): “A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado nos termos do artigo 24, incisos primeiro e segundo do artigo 197 do Regimento Interno, promulga a seguinte emenda constitucional:

Altera a redação do inciso XX, do artigo 47 da Constituição Estadual.

Art. 1.º — O inciso XX, do art. 147 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Nomear os Prefeitos dos Municípios situados em zonas de segurança nacional, após aprovação do Presidente da República, cujo período administrativo não poderá exceder o mandato do Governador que o nomeou.”

Art. 2.º — Esta emenda entrará em vigor na data de sua promulgação pela Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### JUSTIFICATIVA:

Princípio basilar do sistema Presidencialista dentro da forma republicana do Governo e do regime democrático representativo, a temporalidade dos mandatos é norma imposta literalmente pelo texto constitucional que veda os mandatos permanentes ou por tempo indeterminado e estabelece limite

máximo de duração dos mandatos eletivos estaduais e municipais.

Os Prefeitos nomeados pelo Governador do Estado, após aprovação do Presidente da República, a rigor, não exercem mandatos como os Prefeitos eleitos pelo voto popular, cujos mandatos estão fixados pela Constituição.

Este é o entendimento do Professor Antônio Tito Costa, no livro “Responsabilidades de Prefeitos e Vereadores” para quem os Prefeitos nomeados e os interventores não têm mandato.

Entendido este no seu sentido usual, são, na verdade, delegados da autoridade que os investe no cargo e neste permanecem enquanto bem servirem.

Todos os nossos melhores tratadistas são unânimes, entretanto, em ressaltar que a responsabilidade dos Prefeitos nomeados são idênticas às dos Prefeitos eleitos e que a autonomia permanece a mesma nos Municípios com Prefeitos nomeados conforme o Professor Franco Montoro na sua obra O MUNICÍPIO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, pág. 110 e 111.

Observa-se que a eletividade, diz Franco Montoro, não é pressuposto de autonomia.

Isto já foi observado quando do estudo das entidades administrativas descentralizadas, as autarquias territoriais, a eletividade dos Governantes locais, pode existir em autarquias territoriais que não são autônomas, como o Município Brasileiro, como é o caso da Comuna Francesa, e pode não existir nos Municípios Capitais dos Estados, como ocorre atualmente no Brasil.

A autonomia, entretanto, pode continuar existindo mesmo quando os Governantes não são eleitos.

Na mesma obra, ensina o Professor Eugênio Franco Montoro, cumpre ressaltar que a autonomia administrativa é distinta da autonomia política.

Esta diz respeito à administração própria, no que se refere ao seu peculiar interesse, aquela, à eletividade dos Prefeitos e Vereadores.

Desta forma, os Municípios que não possuem autonomia política, em nada têm diminuída a sua autonomia administrativa, que permanece inalterada.

Já que os Prefeitos nomeados, possuem a mesma responsabilidade administrativa que os eleitos, respondem pelos mesmos crimes segundo a sua legislação, têm os mesmos direitos e prerrogativas, e os Municípios gozam de igual autonomia política e administrativa, é de todo conveniente, fixar-se prazo máximo de exercício do cargo de Prefeito Municipal designado.

Tal assertiva é ainda mais verdadeira no Estado do Paraná, quando se sabe que alguns Prefeitos nomeados, permanecem nos cargos desde a Lei que considerou os respectivos Municípios como zona de segurança nacional, num continuismo administrativo, volto a reafirmar, tão condenável, como no tempo do Estado Novo.

Certamente, este não foi o desejo dos legisladores ao definirem que os Prefeitos dos Municípios de fronteira, seriam nomeados pelos Governadores com prévia aprovação do Presidente da República.

Ao contrário, procurou-se desta forma, um perfeito entrosamento com aqueles que lhe delegaram tal função de confiança, confiança esta que não se transmite a seus sucessores, segundo o Professor Wolgrann Junqueira Ferreira, em parecer publicado na revista de Direito Público, número 15/289, os Prefeitos nomeados, mantidos nos cargos, por período superior ao daquele que o nomeou, estão exercendo o cargo irregularmente, ao arrepio da Constituição, e praticando ato e fato inexistente no campo do Direito.

Cita-se aqui, trechos do eminente parecer do Professor paulista, para compreensão exata da situação irregular em que se encontram os Municípios de Segurança, no Paraná, cujos Prefei-

tos permanecem, há longos anos, no exercício do cargo.

Diz o Professor W. Junqueira Ferreira: "Ainda não detidamente examinada, é a extinção do mandato do Prefeito nomeado. A Constituição de 67, mantida, em sua disposição, pela Emenda número 01 de 17/10/69, dispõe que serão nomeados pelo Governador com prévia aprovação:

a) Da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias mineiras, em Lei Estadual.

b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios encarados do interesse da Segurança Nacional e por iniciativa do Poder Executivo, Artigo 15, Inciso 1, nomeados, serão demissíveis a "ad nutum", no provimento do cargo de Prefeito das localidades acima, e em Comissão.

Entretanto, o seu provimento é ato complexo, enquanto sua vacância seja ato unilateral, ocorrendo, quer pela vontade de quem o nomeou, quer pela manifestação do nomeado. Normalmente o cargo em comissão prescinde de concurso, quando declarado em lei, de livre nomeação e exoneração. (Constituição federal, artigo 97, inciso 2). "São atos simples de vontade de nomear, por parte de quem tem o direito legal de fazê-lo".

Com os cargos de Prefeito nomeado o mesmo não ocorre. Depende ora da aprovação da Assembléia Legislativa, os das capitais e das estâncias hidro-minerais; ora da aprovação do Presidente da República, os Municípios considerados de interesse de Segurança Nacional.

Aprovados pela Assembléia Legislativa ou pelo Presidente da República, tais Prefeitos possuem mandato.

Vê-se que tais nomeações são atos administrativos complexos que só se concretizam pela manifestação da vontade sucessiva da Assembléia Legislativa, mediante a aprovação, e do Governador, através da nomeação ou, no caso do Prefeito da zona de Segurança Nacional, mediante aprovação do Presidente da República.

São os chamados atos complexos iguais que se concretizam através de vontades que encerram o mesmo valor jurídico e são de complexidade externa.

A complexidade externa, segundo Tito Prades da Fonseca, Direito Administrativo — página 371 — decorre quando os elementos integrantes da validade de manifestação de vontade pertencem a entidades diferentes.

A pergunta que ocorre então, prende-se ao prazo dos mandatos dos Prefeitos nomeados.

"Entendemos", diz ainda o ilustre Professor paulista, "que sejam dois: primeiro, enquanto não forem exonerados por quem os nomeou; dois, quando encerra o prazo de mandato de quem os nomeou".

Assim, terminado o mandato do Governador, exaure o poder comandante e, "ipso-facto", do mandatário.

A continuidade de qualquer Prefeito nomeado por Governador anterior, sem que ocorra assentimento da Assembléia Legislativa ou do Presidente da República, conforme o caso, caracteriza evidente burla à Constituição, e os Prefeitos, nesta condição, passam a usurpar poder, pois procedem como se o tivessem.

Fácil verificar na prática que os Ministros de Estado do Governo Marechal Costa e Silva, e que foram mantidos pelo Presidente Médici, tiveram, quando da ascensão deste, à Presidência da República, suas nomeações renovadas.

Havia necessidade expressa manifestação do Chefe do Executivo, que, pelo inciso 6 do artigo 81 da Constituição Federal, tem a competência de nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Governador do Distrito Federal e dos Territórios, a continuidade de qualquer deles, sem a expressa manifestação do Presidente da República, os colocava em situação de usurpar poder e exercê-lo, sem tê-lo. E, neste caso, a hipótese é mais simples, pois a nomeação de um Ministro de Estado é ato administrativo simples e não complexo, como é o caso dos

Prefeitos das estâncias hidro-minerais e das capitais.

Assim, entendemos em relação aos numerados que, tendo sido nomeados por Governo anterior, com aprovação da Assembléia Legislativa, que na época estava em recesso, este parecer do Professor Junqueira Ferreira refere-se a caso ocorrido no Estado de São Paulo, e a Assembléia Legislativa, à época, estava em recesso e o Governador exercendo a função legislativa; não podiam ser mantidos pelo atual Governador, sem assentimento da nova Assembléia Legislativa, pois o mandato que lhes foi conferido era dicotômico na sua complexidade.

Verificada a aprovação da Assembléia Legislativa, competente, e a nomeação do Governador que, além de nomear, poderia exonerar, terminado o mandato legislativo que aprovou e o Executivo que nomeou, há extinção do mandato do Prefeito assim nomeado; extingue, automaticamente, pois há incidência da cláusula resolutiva "ex nunc", independentemente, portanto, de qualquer causa superveniente.

Não se pode trazer à discussão o argumento de que tais Prefeitos foram nomeados sem prazo certo.

A incerteza do prazo é a característica do cargo em comissão que concede a quem nomeia, o direito de exonerar livremente, quando bem entenda, aquele que foi nomeado.

O prazo do término é subentendido: Nomeado até que termine o mandato de quem o nomeou. Cessa o mandato, pela mudança de estado que inadmitte o mandante para conferir poderes, ou mandatário para o exercer. Terminado o mandato do Governador anterior, exauriu-se-lhe a competência para conferir poderes para o futuro. O objetivo desta emenda constitucional, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é por fim a essa situação irregular, inovando o texto constitucional deste salutar preceito democrático, impedindo os Prefeitos nomeados de, se eternizarem nos cargos, possibilitando constante renovação nas chefias dos executivos situados em zonas de segurança nacional".

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Desejo cumprimentar V. Exa. pela matéria substancial que traz a esta Casa e, numa primeira análise, acredito que, talvez V. Exa. trouxe a solução do problema, sem a necessidade da emenda constitucional. Basta, tão somente, que os Srs. Governadores utilizem o poder que têm, qual seja, de entenderem que é um cargo de confiança e podem, a qualquer instante, trocarem os referidos Prefeitos.

A adoção da emenda constitucional nos termos em que V. Exa. a pretende, traria consequências mais graves na eventualidade da substituição de Governador, porque aí, então, assumindo o Vice-Governador, fatalmente, tais Prefeitos teriam que ser renovados.

O que nós teríamos, se para o Estado há uma infelicidade de um Governador cumprir apenas dois anos de mandato, estaríamos estendendo essa infelicidade para os municípios que terão mandatos, então, de curto espaço de tempo, o que, também, é prejudicial.

Entendo que o parecer que V. Exa. trouxe à Casa, é de total valia para discussão da matéria e muito ilustrativa, porque se termina o mandato do Prefeito nomeado, juntamente com o do Governador, basta, apenas, que os governadores, ao assumirem, façam o remanejamento dos Prefeitos da Área de Segurança Nacional.

No meu entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que isto será mais uma exceção à regra democrática e, toda tentativa de consertar a exceção, vai surgir, ou acarretar novas exceções.

Por isso, prefiro ficar, talvez até numa interpretação radical, mas prefiro ficar com as regras democráticas que são as eleições diretas e combater veementemente a nomeação de Prefeitos, na Área de Segurança Nacional, mas reconheço que a justifi-



cativa que V. Exa. traz ao projeto, é de real utilidade para a interpretação da matéria.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O que se trata é de analisar o fato concreto. Tenho a impressão que todos nós, nenhum Deputado desta Casa, é favorável à permanência por largos períodos administrativos de Prefeitos nomeados. Nós não podemos interferir na decisão de outros poderes. O que se pretende com esta emenda constitucional, através da atribuição do Deputado, do Legislador, ao emendar esta Constituição é por fim, de uma vez por todas, a permanência por longo período administrativo. Não entendo como V. Exa. numa hipótese muito remota, caso o Governador tivesse curto período administrativo, e o Prefeito também o tivesse, o mandato do Prefeito se extinguiria com o mandato do exercício do Governador, ou do Vice-Governador que o substituiu.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o tempo que lhe era reservado à liderança da ARENA e lhe concede mais dois minutos para conclusão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pois não, Sr. Presidente.

O Sr. Nilso Sguarezi — Como V. Exa. resolverá o problema se o Governador atual termina o seu mandato em 78? Admitindo que o Governador troque os Prefeitos de agora? Estes Prefeitos constitucionalmente só terão dois anos de mandato. E eu não posso conceber um mandato de dois anos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Prefiro o mandato de dois anos, Deputado Nilso Sguarezi, a um mandato de doze.

O Sr. Nilso Sguarezi — Ou então o Governador não trocar, V. Exa. com a emenda estará assegurando para os atuais Prefeitos, mais dois anos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não. É que o Governador não nomeou. O Governador somente nomeou os Prefeitos da zona de Segurança Nacional. Apenas um Prefeito.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas se ele nomear novos Prefeitos, eles terão só dois anos de mandato.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — De qualquer forma acredito que esses dois anos de mandato, eu concordo com V. Exa., que, com essa emenda, os próximos Prefeitos a serem nomeados teriam mandato de dois anos e meio a três anos, mais os próximos Prefeitos teriam a possibilidade de exercer um mandato completo, resolvendo por vez a situação irregular, pelo fato que existem Prefeitos exercendo o mandato sem poder exercê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 113/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 209/76, Mensagem número 61/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Palmital, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 114/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 213/76, Mensagem número 65/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Alto Piquiri, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ.,

por unanimidade. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 115/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 214/76, Mensagem número 66/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 116/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 219/76, Mensagem número 70/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Antônio Olinto, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 117/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 221/76, Mensagem número 70/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 180/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de utilidade pública, a FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL "ANACREONTE VIEIRA BODEVAN", da cidade de Iporã. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 119/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 261/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Bituruna, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Oscar Geyer". Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 120/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 270/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ibiporã, objetivando reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 121/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 275/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Londrina, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual "Antônio Moraes de Barros", naquele Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 122/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 208/76, Mensagem número 60/76, do Poder Executivo,

que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer **Favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 123/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 229/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cascavel, objetivando reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino, daquele Município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 124/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 210/76, Mensagem número 62/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Goioerê, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 124/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Goioerê, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 210/76

I — Em obediência a dispositivos constitucionais, o Senhor Governador está enviando a esta Assembléia Legislativa, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Goioerê, objetivando a execução de obras de combate e controle à erosão urbana, na área do referido Município.

II — A celebração de convênios encontra amparo legal no que dispõe o artigo 47, item IX, da Constituição do Estado, que diz ser da competência do Chefe do Poder Executivo firmar convênio com a União, Estados e Municípios, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III — Assim sendo, opinamos pela aprovação da Proposição em estudo, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 125/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 212/76, Mensagem número 64/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade.

— **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 125/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 212/76

A Proposição número 212/76, oriunda da Mensagem Governamental número 64/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio celebrado, temos que o mesmo vem de encontro aos interesses do Estado e em benefício do Município referido.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 126/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 218/76, Mensagem número 69/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná, e o município de Colorado, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 126/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 25/06/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Colorado, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 218/76

A presente Proposição número 218/76, oriunda da Mensagem Governamental número 69/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de COLORADO,

objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DENI SCHWARTZ – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 127/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 224/76, Mensagem número 71/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação, com interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, objetivando a implantação do Sistema Metropolitano de Planejamento e o Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 127/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado em 27 de maio de 1976, entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação, com interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, objetivando proporcionar meios à implantação do Sistema Metropolitano de Planejamento e o Plano de Desenvolvimento Metropolitano.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
EZEQUIAS LOSSO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 224/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 71/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 27 de maio de 1976, entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação, com interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, objetivando proporcionar meios à implantação do Sistema Metropolitano de Planejamento e o Plano de Desenvolvimento Metropolitano.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
EZEQUIAS LOSSO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 128/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 225/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração,

e o Município de Apucarana, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Pestalozzi, do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 128/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Pestalozzi, do referido Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DENI SCHWARTZ – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 225/76

A presente Proposição número 225/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – presidente  
DENI SCHWARTZ – relator

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo providências por parte daquele órgão, para punição de candidato a cargo eletivo, pela prática de crime contra a legislatura eleitoral em vigor.

Matéria estranha à Assembléia Legislativa. Os interessados ou interessado deveria se dirigir, se fôsse o caso, ao Tribunal Eleitoral. E mesmo quanto ao mérito, o que apresente S. Exa. é uma assinatura do Médico do Departamento Nacional de Tuberculose, em cujo verso existe uma propaganda comercial. Não existe nem propaganda eleitoral. Nessas condições, devolvo ao autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Antônio Dionísio Bosquirolli, agricultor no município de Cascavel, por ter o mesmo alcançado, com a última safra, um dos maiores índices de produtividade do mundo. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências a fim de serem melhoradas as condições de trânsito de veículos na Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, BR-86, trecho compreendido entre as cidades de Umuarama e Iporã, que se encontra com a pavimentação prejudicada. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, na qualidade de Relator da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente, solicitando a anexação do Projeto de Lei número 61 ao Projeto de Lei 08/76, por se tratar de idêntica matéria. — **Aprovado.** — **Será feita a anexação.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a Sessão.

# RESOLUÇÕES:

## RESOLUÇÃO N.º 95/76

DATA: 03 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo, número 159/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção do prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/09/76 (a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 96/76

DATA: 03 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Corbélia, objetivando execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual "Amâncio Moro" e do Grupo Escolar "Duque de Caxias", da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 35/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Corbélia, objetivando a execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual "Amâncio Moro" e do Grupo Escolar "Duque de Caxias", da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/09/76 (a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 97/76

DATA: 03 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo, número 30/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de fevereiro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior e o Município de Cianorte, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/09/76. (a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 98/76

DATA: 10 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Alto Paraná, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 154/75)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Alto Paraná, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/09/76 (a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO Presidente